



Comunicado de Imprensa nº 11/190 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
20 de Maio de 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Directório Executivo do FMI aprova acordo de 26 mil milhões de euros com Portugal no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado

O Directório Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou hoje um acordo trienal com Portugal no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, na sigla inglesa), em apoio ao programa de ajustamento económico e crescimento das autoridades. O montante total do acordo ascende a DSE 23,742 mil milhões (cerca de 26 mil milhões de euros), dos quais DSE 5,6 mil milhões (cerca de 6,1 mil milhões de euros) estarão imediatamente disponíveis. O montante total do financiamento a ser oferecido pelo FMI a Portugal em 2011 será de cerca de 12,6 mil milhões de euros, que irão se somar aos cerca de 25,2 mil milhões de euros em compromissos assumidos pela União Europeia.

O acordo firmado com Portugal no âmbito do EFF, como parte de um pacote conjunto de financiamento com a União Europeia no montante total de 78 mil milhões de euros ao longo de três anos, permite o acesso em carácter excepcional aos recursos do FMI, correspondente a 2.306 por cento da cota de Portugal na instituição. O acordo foi aprovado através do procedimento de via rápida do Mecanismo de Financiamento de Emergência do FMI.

Este pacote financeiro foi concebido para dar a Portugal alguma margem de manobra sem recorrer a empréstimos de mercado, enquanto o país põe em prática as medidas de política necessárias para relançar a economia.

“As autoridades portuguesas elaboraram um programa que é equilibrado do ponto de vista económico e tem como principal objectivo a criação de empregos”, afirmou o Sr. John Lipsky, Director-Geral Interino. “O programa enfrenta o problema fundamental da economia portuguesa – o baixo crescimento – com uma combinação de políticas que visam restaurar a competitividade através de reformas estruturais, garantir uma trajectória equilibrada de consolidação orçamental e estabilizar o sector financeiro.”

“Há que louvar as autoridades por este programa ambicioso, que exigirá sacrifícios mas poderá conduzir a uma economia mais vigorosa e mais dinâmica, capaz de gerar crescimento, empregos e oportunidades. Os sinais de apoio dos grandes partidos políticos aos principais

objectivos e políticas indicam a determinação intrapartidária em atacar os persistentes problemas de Portugal”, acrescentou.

“A substancial ajuda financeira contribuirá para minimizar os custos sociais do ajustamento. O programa também inclui uma poderosa rede de protecção social, ao isentar das reduções nos salários e pensões públicos aqueles nos escalões mais baixos de rendimentos e ao garantir a protecção dos mais vulneráveis.

O FMI, juntamente com os nossos parceiros europeus, está empenhado em apoiar esta iniciativa nacional. Ao anunciar hoje sua decisão em apoio a Portugal, o FMI vem contribuir para o alargado esforço internacional que está em curso para trazer estabilidade à zona euro e garantir a recuperação da economia mundial”, concluiu o Sr. Lipsky.

Após a decisão do Directório Executivo, o Sr. Lipsky fez o seguinte pronunciamento, na qualidade de Presidente em Exercício do Directório:

“A economia portuguesa enfrenta uma grave crise em consequência da acumulação de desequilíbrios internos e externos e de profundos problemas estruturais, que produziram uma situação de estagnação económica, falta de competitividade e altas taxas de desemprego. O programa das autoridades busca atacar estes problemas através de uma agenda ambiciosa e abrangente de reformas estruturais, da consolidação orçamental balanceada e de medidas que facilitarão o ajustamento ordenado dos balanços do sector privado.

O plano de consolidação orçamental a ser executado no âmbito do programa é a um só tempo ambicioso e credível. A trajectória orçamental almejada para cumprir a meta de défice de 3 por cento do PIB em 2013, em conformidade com as regras definidas nos Procedimentos por Défices Excessivos da União Europeia, estabelece o equilíbrio apropriado entre a limitação do impacto do ajustamento orçamental sobre a actividade económica e o restauro da sustentabilidade da dívida, enquanto assegura a protecção dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. O plano será apoiado por importantes reformas orçamentais para racionalizar o funcionamento do sector público e reduzir os riscos orçamentais.

No que respeita ao sector financeiro, o objectivo do programa das autoridades é promover soluções baseadas no mercado para fortalecer os rácios de capital dos bancos, e recobrar a confiança e o acesso ao financiamento nos mercados por grosso. Para o efeito, o Banco de Portugal já solicitou aos bancos que aumentem os seus rácios de capital *core Tier I* para 9 por cento até ao final de 2011 e para 10 por cento até ao final de 2012. O programa também contém salvaguardas para a prestação de apoio de capital e de liquidez, que devem contribuir para a desalavancagem ordenada da economia e para a manutenção da estabilidade do sistema financeiro português.

Um aspecto central do programa são as políticas que impulsionem o crescimento. Foi lançado um programa abrangente de reformas estruturais destinadas a aumentar a concorrência, reduzir os custos laborais e estimular o emprego e a produtividade. O vigor na execução dessas reformas será essencial para colocar a economia no caminho da recuperação e melhorar o sentimento do mercado.”

ANEXO

Desenvolvimentos Económicos Recentes

Os persistentes problemas estruturais – nomeadamente a produtividade baixa, a falta de competitividade e a dívida elevada – prejudicaram gravemente o crescimento e deram origem a grandes desequilíbrios externos e orçamentais. No último ano, o governo tomou algumas medidas para controlar o défice orçamental e atenuar os estrangulamentos estruturais, mas o impacto dessas medidas não foi suficientemente profundo.

As melhorias na frente orçamental registadas em 2010 foram apenas marginais e as acções correctivas foram adiadas, em parte como reflexo de um enquadramento orçamental frágil. Como resultado, o défice orçamental global apresentou apenas uma ligeira queda, de 10,1 por cento do PIB em 2009 para 9,1 por cento do PIB em 2010. Para além disso, a ambiciosa meta orçamental de 4,6 do PIB para 2011 também se revelou inatingível.

O contágio e os riscos orçamentais exacerbaram as pressões financeiras sobre o Estado e a banca. Os custos de financiamento do Estado atingiram o patamar mais alto registado após a entrada do país na zona euro, e as tensões no mercado da dívida soberana repercutiram sobre o mercado bancário por grosso. Isto restringiu a posição de liquidez dos bancos, à medida que lhes impediu o acesso ao financiamento nos mercados por grosso, de que eles tanto dependiam. Como reacção às severas restrições no acesso ao financiamento e ao aumento das perdas nas carteiras de empréstimos bancários, os bancos adoptaram políticas de crédito mais restritivas e, com isso, a expansão do crédito foi consideravelmente reduzida.

Neste cenário, os temores quanto às perspectivas de crescimento e à sustentabilidade da dívida externa de Portugal intensificaram-se nos últimos meses, culminando no pedido de ajuda financeira externa.

Resumo do Programa

O programa tem como foco as reformas estruturais para estimular o crescimento e o emprego; uma trajectória ambiciosa mas equilibrada de estabilização orçamental, apoiada por reformas estruturais das contas públicas, e salvaguardas para garantir a estabilidade orçamental e impedir uma retracção prolongada do crédito.

Os principais elementos do programa são:

Reformas viradas para o crescimento. O foco da ambiciosa agenda de reformas é aumentar a concorrência, baixar os custos laborais e estimular o emprego e a produtividade. O pacote de reformas será essencial para melhorar as perspectivas de crescimento da economia e restaurar a sustentabilidade da dívida.

Restabelecimento da confiança e da sustentabilidade orçamental. O plano de consolidação orçamental, a um só tempo ambicioso e credível, equilibra a necessidade de garantir a sustentabilidade da dívida e de limitar o impacto negativo do ajustamento sobre o crescimento. Os objectivos orçamentais serão apoiados por importantes reformas na estrutura das contas públicas para racionalizar o funcionamento do sector público e reduzir os riscos orçamentais.

Preservação da estabilidade financeira. O aumento dos rácios de capital dos bancos através de medidas baseadas no mercado será apoiado, na medida necessária, por um mecanismo de emergência totalmente custeado. O programa também contém salvaguardas para apoiar a liquidez do sistema bancário e para aperfeiçoar o enquadramento de supervisão e regulamentação. Juntas, estas medidas devem contribuir para a desalavancagem ordenada dos balanços do sector privado e para a preservação da estabilidade do sector financeiro.

A substancial ajuda financeira externa prestada no âmbito do programa apoiará esta transição e restabelecerá a tão necessária credibilidade das políticas públicas. Os grandes partidos políticos apoiaram publicamente os principais elementos do programa.